



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Os usos sociais do edifício público: inquietações sobre a arquitetura pública e o espaço urbano de Belém

Reginaldo Braga Silva Junior
IPPUR / UFRJ

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. Este trabalho investiga as várias formas de manifestação do uso social do edifício público na cidade de Belém, a partir da relação entre essa categoria de propriedade pública e o espaço urbano. Desenvolve uma discussão sobre as lacunas e a importância do estudo dessas edificações e de seu impacto na cidade. Aborda os processos de formação socioespacial do espaço urbano em questão e como tais edifícios surgem neste contexto relacionado às diversas formas de segregação existentes na cidade. A partir de um panorama das edificações públicas em Belém, discutimos dinâmicas e tendências que demonstram o quanto o conjunto de edifícios e equipamentos do Estado não está alheio às lógicas de produção do espaço urbano. A noção de uso social do edifício público, suas contradições, conflitos e disputas são discutidos a partir da perspectiva de categorias analíticas, indicadores e dimensões espaciais, reunidos em uma matriz experimental de análise aplicada na avaliação de um estudo de caso. Os conceitos de lugar público, de comum, espaço absoluto, relativo e relacional são abordados para problematizar o edifício público, em suas relações com o espaço urbano, nas perspectivas da arquitetura, do uso e da gestão dessas edificações.

Palavras-chave. Edifício público Belém (PA); Arquitetura pública; Uso social; Espaço urbano; Estado e sociedade;

The social uses of public buildings: concerns about public architecture and urban space in Belém

Abstract. This work investigates the various forms of manifestation of the social use of the public building in the city of Belém, from the relationship between this category of public property and the urban space. It develops a discussion about the gaps and the importance of studying these buildings and their impact on the city. It addresses the processes of socio-spatial formation of the urban space in question and how such buildings arise in this context related to the various forms of segregation existing in the city. From an overview of public buildings in Belém, we discuss dynamics and trends that demonstrate how the set of buildings and equipment of the State is not alien to the logic of production of urban space. The notion of social use of the public building, its contradictions, conflicts and disputes are discussed from the perspective of analytical categories, indicators and spatial dimensions, gathered in an experimental matrix of applied analysis in the evaluation of a case study. The concepts of public place, common, absolute, relative and relational space are approached to problematize the public building, in its relations with the urban space, in the perspectives of architecture, use and management of these buildings.

Keywords: Belém public building (PA); Public architecture; Social use; Urban space; State and society;

Los usos sociales de los edificios públicos: preocupaciones sobre la arquitectura pública y el espacio urbano en Belém

Resumen. Este trabajo investiga las diversas formas de manifestación del uso social del edificio público en la ciudad de Belém, a partir de la relación entre esta categoría de bien público y el espacio urbano. Desarrolla una discusión sobre los vacíos y la importancia de estudiar estos edificios y su impacto en la ciudad. Aborda los procesos de formación socioespacial del espacio urbano en cuestión y cómo surgen tales edificaciones en este contexto relacionado con las diversas formas de segregación existentes en la ciudad. A partir de un panorama de la edificación pública en Belém, discutimos dinámicas y tendencias que demuestran cómo el conjunto de edificaciones y equipamientos del Estado no es ajeno a la lógica de producción del espacio urbano. Se discute la noción de uso social del edificio público, sus contradicciones, conflictos y disputas desde la perspectiva de categorías analíticas, indicadores y dimensiones espaciales, reunidas en una matriz experimental de análisis aplicada en la evaluación de

un estudio de caso. Se abordan los conceptos de lugar público, espacio común, absoluto, relativo y relacional para problematizar el edificio público, en sus relaciones con el espacio urbano, en las perspectivas de arquitectura, uso y gestión de estos edificios.

Palabras clave: edificio público de Belém (PA); arquitectura pública; uso social; Espacio urbano; Estado y sociedad;

1. Introdução

A complexidade das relações de uso e ocupação do solo urbano nas cidades brasileiras contemporâneas traz a tona questões e debates que devem envolver também a forma como Estado intervém no espaço urbano para o próprio uso institucional, para a implantação de equipamentos de prestação de serviços e espaços públicos de convívio e lazer. Considerando, de acordo com Villaça (1997), a localização dos aparelhos do poder público como um dos mecanismos de controle da classe dominante sobre o Estado, no que se refere a produção do espaço urbano, e tendo a arquitetura dos edifícios públicos como elemento referencial, é possível investigar as relações territoriais entre o poder público e os diversos atores que produzem as cidades, a partir de uma leitura com análises socioespaciais em diferentes escalas. Para a construção dessa abordagem, porém, é necessário considerar os edifícios estatais como componentes de uma rede de espaços públicos da cidade, o que demanda criar outras abordagens e concepções em relação à arquitetura, o uso e a gestão desses espaços. Portanto, outros arranjos de políticas públicas urbanas também.

A ideia de edifício público que predomina na sociedade o encerra, quase exclusivamente, em sua função estatal. Junto a isso, temos a prevalência da monofuncionalidade e da exclusividade institucional dos equipamentos públicos. O edifício da escola se destina apenas ao ensino, o almoxarifado municipal serve apenas para armazenar materiais físicos da prefeitura. Ou seja, a edificação onde funciona o posto de saúde, por exemplo, além de não incorporar usos que extravasem o escopo das atividades estatais, pouco permite ou possibilita o uso daquele solo também por outra instituição pública.

Por outro lado, a ideia de espaço público que predomina, como demonstra Loboda (2009), apesar de complexa e diversa, remete às áreas livres, externas e sem vínculos de propriedade, como ruas, calçadas, parques e praças. Edificações públicas têm vínculos de propriedade, ainda que com o Estado, o que dificulta que sejam percebidas dentro de uma relação profunda com a rede de espaços públicos da cidade. Esse senso comum rege não apenas a ideia da população em geral a respeito desses temas, mas também a prática dos diversos setores técnicos e políticos envolvidos na concepção desses espaços, contribuindo para que haja pouca inovação nas formas como se oferta tais bens na cidade e trazendo pouca diversidade aos lugares onde estes são implantados.

A principal implicação dessa noção é o isolamento técnico, teórico e social na produção das edificações públicas, resultando em uma materialidade correspondente a essa lógica. Quando, ao contrário, tais propriedades deveriam estar profundamente interligadas às formas de se enfrentar as graves demandas do espaço urbano contemporâneo. Uma visão integrada a respeito do conjunto de edifícios públicos administrativos, equipamentos de uso coletivo e demais áreas públicas existentes no espaço urbano tem a potência de lidar com temas de grande relevância às cidades brasileiras. Função social da propriedade, oferta de terras, densidade urbana, diversidade de espaços, serviços e equipamentos urbanos são algumas das problemáticas que devem ter um enfrentamento particular a partir dessa perspectiva.

Na revisão bibliográfica realizada a fim de delimitar melhor os objetivos da pesquisa foi possível perceber que a problematização do edifício público, em relação a sua arquitetura, uso e gestão, é pouco desenvolvida. Há uma ideia predominante do que é, ou como deveria ser, uma edificação pública, mas com poucos elementos para discuti-la de maneira mais relacionada à cidade.

As publicações estudadas que abordam de maneira mais direta o edifício público, o fazem de forma setORIZADA, analisando um segmento específico do serviço público, como faz Cordido

(2008), que discute a produção arquitetônica voltada ao poder judiciário no estado de São Paulo e seus simbolismos, além de Bittencourt (2013) e Patterson (2004) que também analisam a arquitetura dos prédios da justiça. Outra abordagem percebida é o viés do edifício público como símbolo de afirmação do poder do Estado e da hierarquia social, discutidas por Monteiro e Moreira (2011), que analisam essas questões e a forma como foram abordadas na obra do arquiteto Acácio Gil Borsoi. Além de outros recortes relacionando a arquitetura de edifícios públicos com manifestações de arte, modernismo e outras abordagens como podemos verificar em Pitta (2014), Leite (2008) e Vitale (2011).

Portanto, essas publicações analisam aspectos mais restritos aos métodos do arquiteto estudado ou às características de um setor do poder público, tratando pouco da relação entre arquitetura e cidade, ou do isolamento entre essas duas escalas espaciais e sua relação com a sociedade. Ou seja, não abordam conceitos e questões para problematizar a arquitetura, os usos e a gestão de um edifício como uma propriedade pública no espaço urbano.

O que se quer evidenciar, como contribuição principal para este debate, é que o edifício público, em sua arquitetura e seus usos, não é neutro e reflete uma certa concepção de cidade. E a partir disso, discutir parâmetros e concepções que permitam pensar soluções que sejam capazes de promover o uso social compartilhado de grandes edificações públicas, através de uma arquitetura, de usos e de uma gestão integradora. Para isso, diante de uma discussão ainda tão incipiente, há, primeiramente, a necessidade fundamental de desenvolver uma abordagem apropriada à análise do edifício público inserido no debate da produção do espaço urbano. Este trabalho busca contribuir para a construção dessa abordagem específica.

Devido à diversidade de categorias de edifícios públicos, é importante destacar que, apesar de abordar também a propriedade pública imobiliária de maneira ampla, este trabalho trata, de forma mais específica, dos bens de uso especial, definidos como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias (BRASIL, 2002).

Este trabalho decorre da dissertação de mestrado do autor, onde o objeto empírico da pesquisa é composto de um conjunto de edifícios públicos na cidade de Belém. Para este artigo, trataremos como estudo de caso uma análise do principal campus da Universidade Federal do Pará – UFPA, localizado no Bairro do Guamá, na capital paraense. Acreditamos que seja um caso bastante representativo das questões abordadas ao longo de toda pesquisa desenvolvida.

Além da introdução, este trabalho é composto de mais quatro seções. Na primeira é apresentado um panorama da relação entre os edifícios públicos e o espaço urbano em Belém, na segunda é discutida a construção de nosso método de análise, a terceira seção é dedicada à análise do estudo de caso do trabalho e na última discutimos continuidades possíveis para a pesquisa. Sendo importante ressaltar que esta pesquisa foi realizada no ano de 2018.

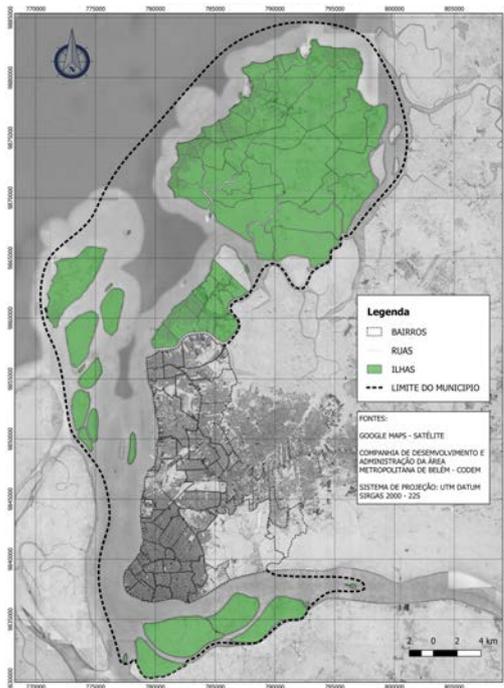


Figura 1: Mapa do Município de Belém (Fonte: elaborado pelo autor).

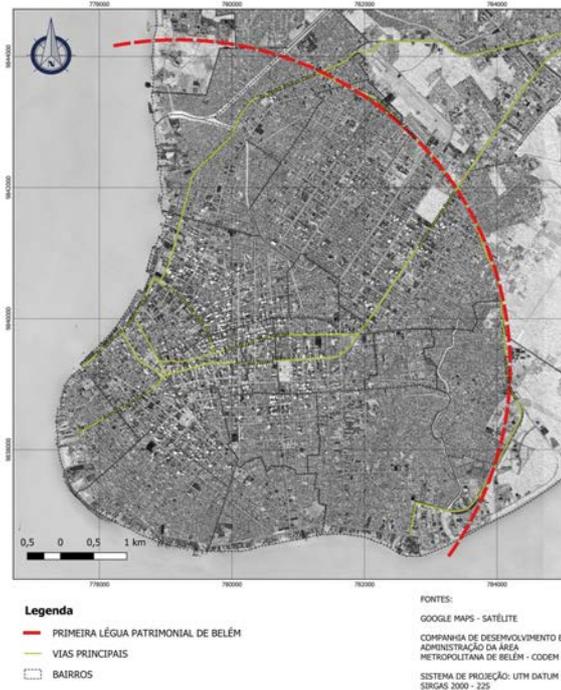


Figura 2: Mapa da Primeira Léngua Patrimonial de Belém (Fonte: elaborado pelo autor)

2. Um panorama dos equipamentos públicos na cidade de Belém

O espaço urbano de Belém apresenta características comuns de outras grandes cidades brasileiras: segregação racial e social, concentração de riqueza e periferias com altas densidades e pouca infraestrutura, além de ser marcada pelas reformas urbanas do começo do século XX assim como Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas Belém, igualmente, apresenta especificidades na formação do seu espaço urbano. Tanto sua distribuição populacional quanto sua morfologia são configuradas sob forte influência dos cursos d'água da cidade. Da mesma maneira, grandes propriedades públicas determinam as possibilidades e os impedimentos espaciais de sua evolução urbana. Pode-se dizer que as propriedades públicas e os corpos hídricos são alguns dos objetos geográficos mais fundamentais na definição morfológica do ambiente urbano de Belém.

O recurso da regionalização foi utilizado como um instrumento descritivo e narrativo que fosse capaz de sintetizar a organização atual da cidade, mas também se relacionando com o processo histórico de sua formação territorial. Dessa maneira, os critérios de delimitação das regiões foram os marcos históricos de sua ocupação, as características de infraestrutura e topografia, e informações sobre renda média dos moradores, com dados do Censo 2010 por setor censitário. O critério final para a poligonal das regiões foi a própria delimitação dos setores censitários, fazendo com que todos os setores estejam integralmente inseridos em alguma das regiões como forma de facilitar a caracterização e o cruzamento de informações.

Portanto, a partir da integração desses critérios, foram delimitadas quatro regiões. As três primeiras regiões estão localizadas no interior da Primeira Léngua Patrimonial da cidade e caracterizam os processos de expansão do espaço urbano que são anteriores à primeira metade do século XX. A quarta região é a porção posterior à Primeira léngua e tem seu processo de ocupação intensificado a partir da década de 1970. A Primeira Léngua Patrimonial de Belém é a porção de terra de uma léngua doada pela Coroa Portuguesa para a cidade (VENTURA NETO; CARDOSO, 2013), delimitada por uma linha imaginária, onde posteriormente seriam implantadas as vias Av. Perimetral e Av. Dr. Freitas. Em suas margens se formou o que hoje se chama de

Cinturão Institucional, um conjunto de propriedades públicas de fins militares, administrativos e educacionais.

A partir dessa regionalização, percebemos que o conjunto de equipamentos públicos existentes nas áreas centrais da cidade não é do mesmo tipo que nas regiões periféricas. A cidade hegemônica dispõe de um grupo mais amplo, diversificado e mais complexo de estabelecimentos públicos destinados aos usos básicos e complementares à reprodução social. Não somente os equipamentos de cultura, esporte e lazer se distanciam das periferias, como as sedes do poder estatal também evitam essas áreas de maneira constante.

Ainda que não sejam muito frequentemente abordados como uma forma de intervenção do poder público no espaço urbano, a implantação, a forma e a localização dos equipamentos públicos são bastante reveladoras de como o Estado se relaciona com a sociedade de maneira espacialmente desigual. É necessário, portanto, aprofundar a compreensão de que os edifícios públicos são uma forma de intervenção do Estado na cidade. Para isso, apresentamos um panorama dessa relação, analisando a localização, a implantação e arranjos espaciais desses equipamentos no tecido urbano.

Para analisar tal distribuição, foi realizado um mapeamento que identificou tanto diferenças como semelhanças relativas à concentração e a disposição desses imóveis em cada uma das regiões da cidade definidas neste trabalho. Nesta seção, os principais aspectos dessa configuração serão analisados de maneira a refletir como a localização e a implantação desses equipamentos estão relacionadas com as características socioespaciais e fundiárias na cidade de Belém. Utilizando o aplicativo Google Earth, o mapeamento foi realizado a partir de uma análise visual do padrão espacial dos lotes e de alguns elementos arquitetônicos como a cobertura e a forma das edificações. Outras identificações foram possíveis utilizando os marcadores de lugares já existentes no aplicativo e, de maneira complementar, o conhecimento do autor sobre a cidade. Em todos os casos também foi realizada uma verificação visual ao nível do solo com a utilização do recurso Street View do mesmo aplicativo.

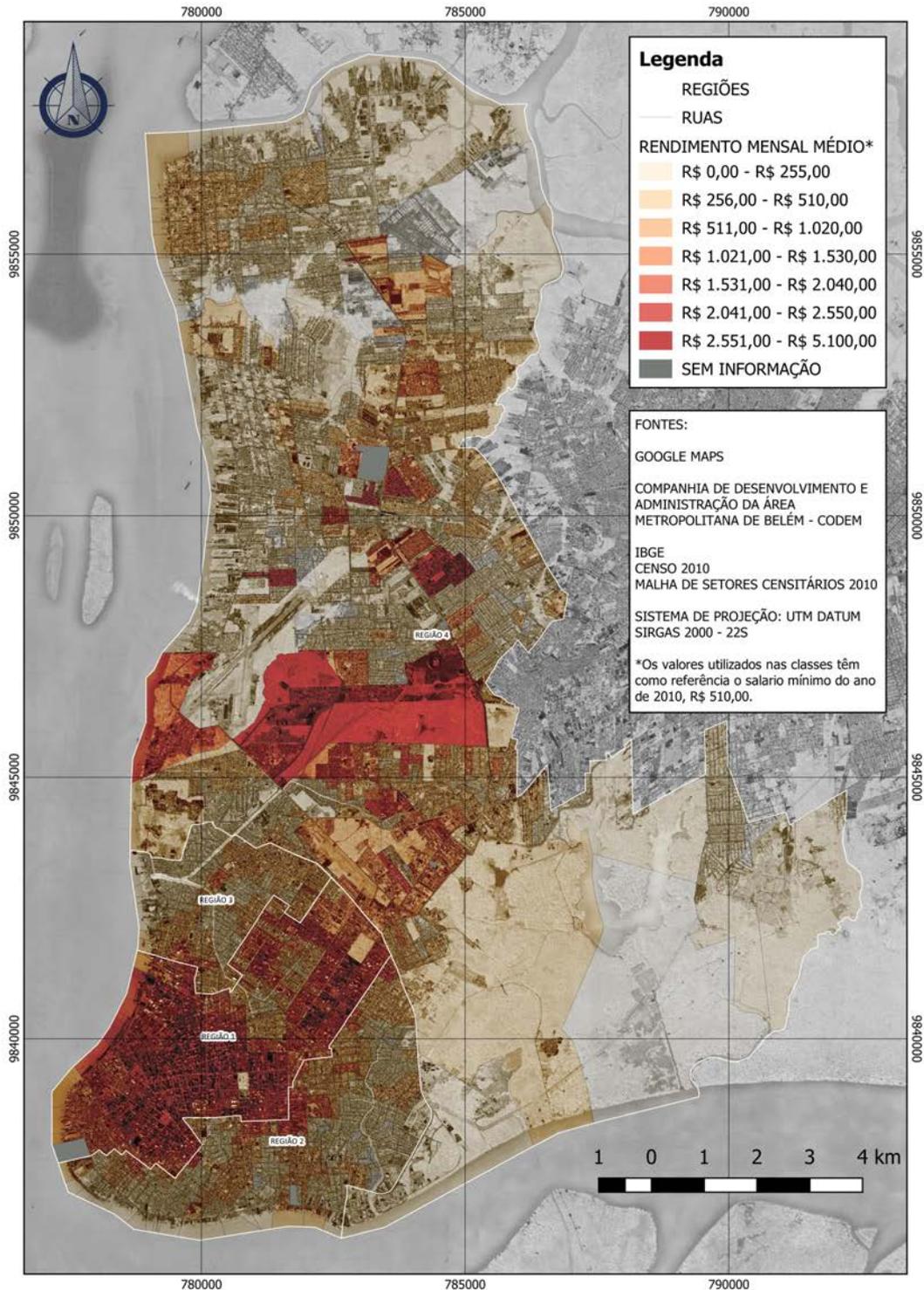


Figura 3: Mapa das regiões com a distribuição por faixas de renda (Fonte: elaborado pelo autor).

Essa metodologia foi utilizada não apenas para a identificação e mapeamento, mas também para o estudo espacial dessas edificações na cidade e para subsidiar o trabalho de campo da pesquisa. Para cada esfera de governo, foi solicitado aos órgãos responsáveis pelo patrimônio imobiliário uma listagem dos bens de uso especial existentes no município de Belém, com seus respectivos endereços e entidades responsáveis. Porém, até a conclusão desta pesquisa, não houve retorno em relação a disponibilização desses dados. Dessa maneira, as análises, os dados espaciais e os quantitativos apresentados neste artigo não são taxativos. Ao contrário, são preliminares e

necessitam de complemento, mas atendem ao escopo do trabalho como uma amostra representativa do quantitativo desses edifícios na cidade.

De acordo com a destinação e uso principais, esses bens foram divididos em quatro categorias: equipamentos de serviços públicos, equipamentos de uso coletivo, equipamentos administrativos e instalações militares. A primeira, portanto, diz respeito aos equipamentos de educação, saúde, segurança pública, assistência social, entre outros, incluindo ainda áreas de equipamentos como reservatórios de abastecimentos de água. A segunda categoria refere-se aos espaços de cultura, esporte e lazer destinados a receber o público independentemente dos níveis de restrição de acesso. Assim temos teatros, praças, parques, museus, complexos turísticos, entre outros. Por fim, temos as repartições de atividades administrativas do Estado, ainda que com eventual atendimento ao público, e as propriedades militares. Foi realizada a subdivisão de algumas das categorias como forma de caracterizar melhor a distribuição dos equipamentos públicos.

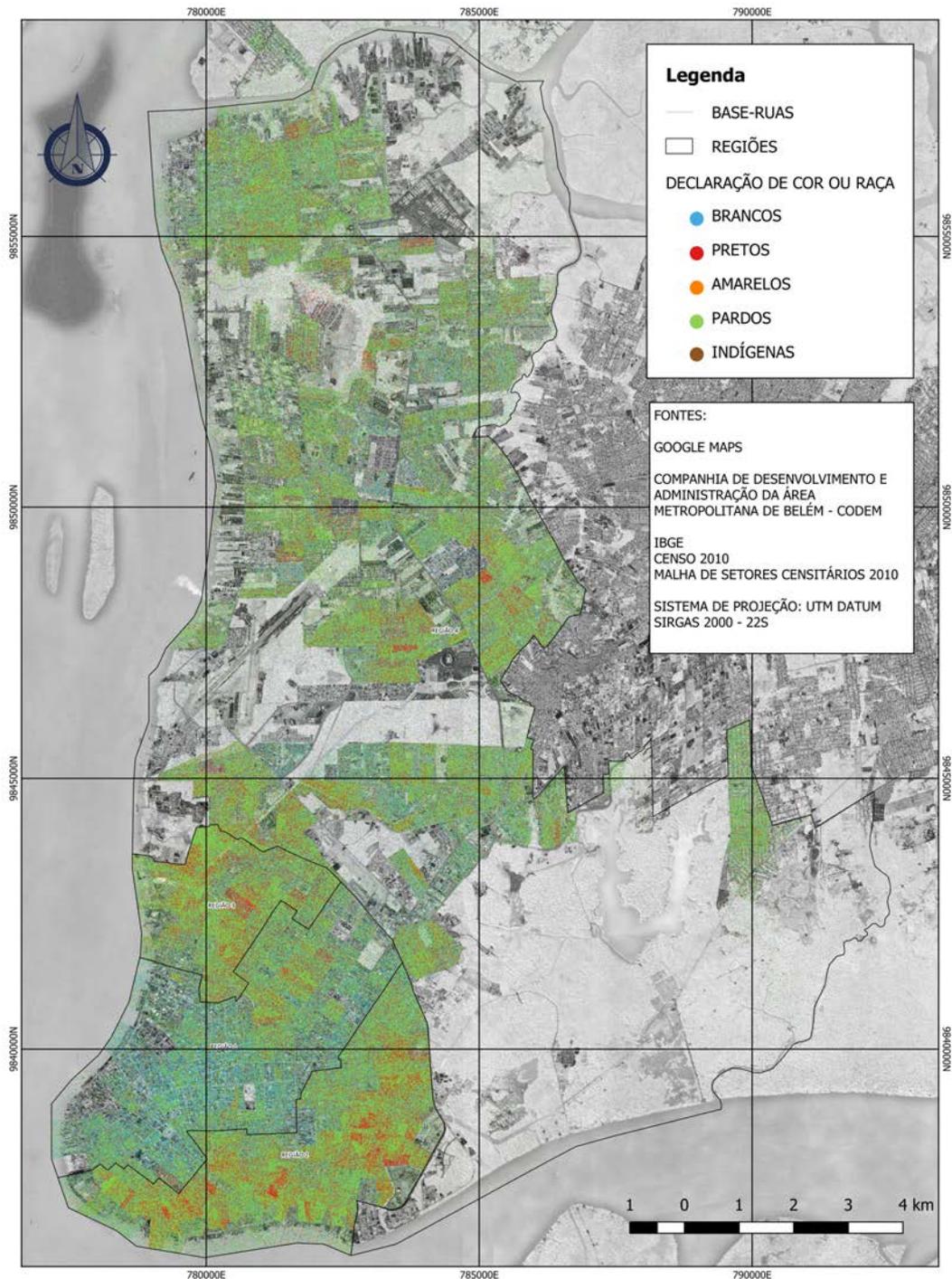


Figura 4: Mapa das regiões com a distribuição por cor ou raça em nuvem de pontos (Fonte: elaborado pelo autor).

A análise da distribuição dos equipamentos públicos reforça o padrão de desigualdade verificado na caracterização socioespacial da cidade. Enquanto a Região I concentra um conjunto abundante e variado de edificações públicas, as regiões II e III, áreas periféricas da primeira léguas patrimonial da cidade, apresentam não somente uma quantidade de equipamentos públicos muito menor, mas também uma baixa variedade desses espaços. Na Região IV, a quantidade e a diversidade dos equipamentos públicos se aproximam daquelas registradas na Região I, porém com especificidades que marcam importantes diferenças entre elas.

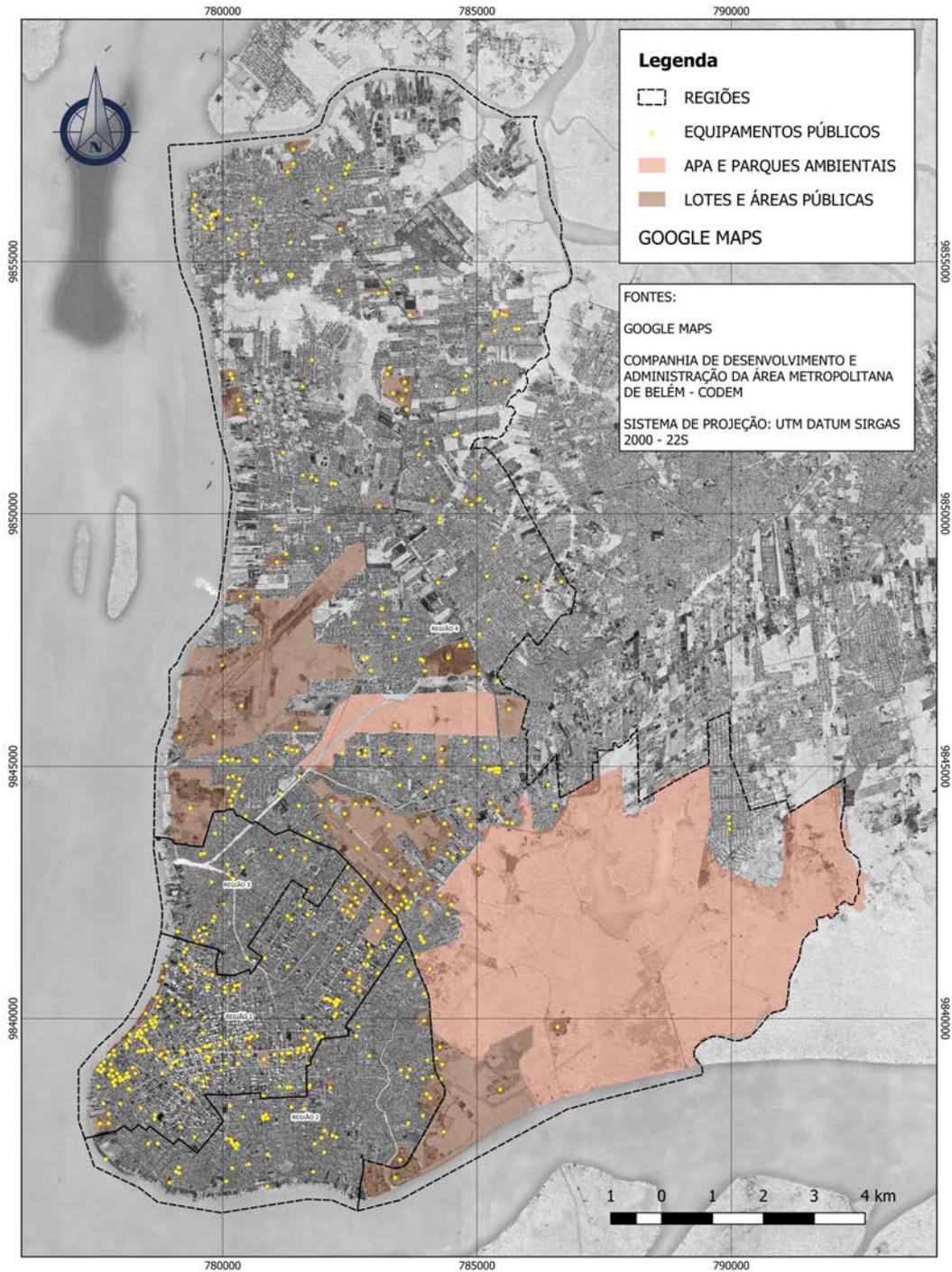


Figura 5: Mapa da distribuição dos equipamentos públicos por região (Fonte: elaborado pelo autor).

As principais características de implantação dos equipamentos públicos da Região I são a distribuição espacial mais heterogênea, a diversidade de destinações e atividades, e a concentração de determinadas categorias de uso. O Estado disponibiliza aos moradores e frequentadores dessa região um amplo leque de instalações públicas, possibilitando um acesso diversificado a atividades e serviços de educação, cultura, saúde, esporte, lazer, transporte e segurança pública, além dos serviços burocráticos de repartições administrativas, predominantemente concentrados nesta região.

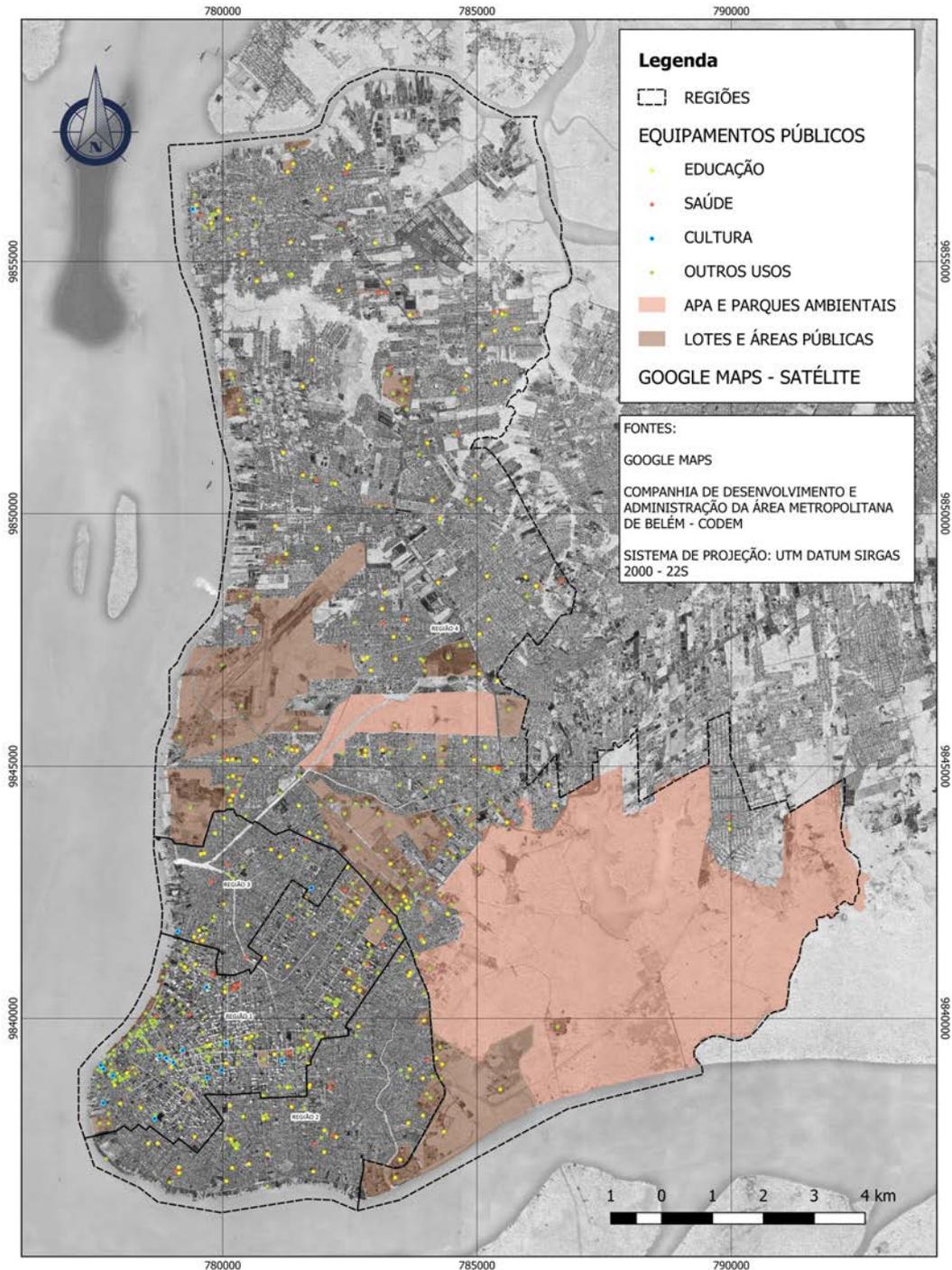


Figura 6: Mapa da distribuição dos equipamentos públicos por tipo de uso (Fonte: elaborado pelo autor).

No centro histórico da cidade há uma grande concentração de edificações públicas. A maioria dos equipamentos pertencem ao Ministério Público e aos poderes executivo, legislativo e judiciário. As instalações militares e as destinadas ao uso coletivo nessa área são poucas. Essas entidades ocupam, em geral, prédios históricos com anexos recentes marcados pela arquitetura contemporânea e, em alguns casos, agregam outros usos que não seja o administrativo. Outra concentração da Região I é relativa ao turismo. Com exceção das ilhas do município, do Portal da Amazônia, Parque do Utinga e da Orla de Icoaraci, todos os espaços turísticos de maior destaque da cidade estão concentrados nesta região.

A Região I soma 59 equipamentos administrativos, distribuídos de maneira bastante heterogênea, apesar de concentrações pontuais. A Região II, apesar de ter uma área com tamanho aproximado ao da Região I, apresenta apenas seis imóveis desta categoria, enquanto a Região III registra somente quatro equipamentos administrativos. Cabe ressaltar que a localização dos poucos edifícios dessa categoria nas regiões II e III ocorre predominantemente nas proximidades de interseção com as regiões I e IV. Por outro lado, os perímetros com pouca ou nenhuma ocorrência de equipamentos públicos na Região I estão próximos aos cursos d'água, áreas onde estão localizados os setores censitários de renda média mais baixa desta região.

Os equipamentos predominantes nas regiões II e III são os relacionados aos serviços de educação e saúde. Além disso, existem outros do setor de segurança pública e alguns equipamentos de uso coletivo como praças e mercados públicos. As escolas são as edificações de maior destaque espacial nessas regiões. Em geral ocupam lotes bem maiores que os predominantes nessas áreas e a tipologia arquitetônica de pavilhões, térreos ou pouco verticalizados, marcam a paisagem, sobretudo quando analisadas em imagens aéreas. Ao nível do solo, o que marca profundamente são os extensos e altos muros, que dificultam ou interditam qualquer integração visual e espacial entre o ambiente educacional e a realidade socioespacial existente nesses bairros.

Outra característica marcante dessas regiões, perceptível através dos elementos arquitetônicos desses espaços, se refere ao tempo de existência dos equipamentos. Quase não há edificações públicas recentes nas regiões II e III. As escolas simbolizam o que está presente no todo dessas regiões: equipamentos públicos com arquitetura antiga e pouca manutenção.

Tanto o estado de conservação das edificações quanto as tipologias e elementos arquitetônicos utilizados demonstram que não há uma constante renovação e expansão da rede de edifícios públicos nessas regiões, seja através da construção de novas edificações, seja pela reforma ou ampliação das existentes. Além do Estado implantar apenas os equipamentos básicos nas periferias da cidade, essa implantação ocorreu em períodos específicos e sem qualquer política de continuidade que acompanhe a transformação socioespacial desses lugares. Ou seja, quando o poder público enfrenta demandas por equipamentos em uma dinâmica urbana complexa, o faz através de uma arquitetura estática.

O mesmo não ocorre nas regiões I e IV. Nos últimos anos houve inúmeras mudanças na organização e distribuição dos equipamentos públicos da cidade. Instalações foram reformadas, instituições construíram novas sedes; diversos convênios, cessões de uso e permutas de edificações ocorreram entre vários órgãos públicos de diferentes esferas. Ou seja, os mais diversos processos e instrumentos que possibilitaram novos usos ou novas edificações públicas na cidade. Porém toda essa reorganização ficou restrita às regiões I e IV, nenhuma nova sede foi construída nas regiões II e III.

Os equipamentos de uso coletivo para atividades culturais representam outra disparidade entre as regiões. Na Região II não foi registrado nenhum equipamento público desse tipo e na Região III há apenas um estabelecimento cultural, a chamada Aldeia Cabana de Cultura Amazônica. Em 2018, o espaço, que sediou durante muito tempo os desfiles das escolas de samba da cidade, estava sendo utilizado cada menos e as atividades que antes ocorriam neste equipamento cessaram ou foram transferidas novamente para o centro da cidade.

A Região IV apresenta o quantitativo geral de equipamentos públicos mais elevado. A segunda maior quantidade de equipamentos administrativos também é dessa região. Os números são semelhantes aos da Região I, porém com a importante diferença de que a Região IV abrange uma área muito maior. Grandes propriedades públicas são constantes nessa região e exercem influência determinante na morfologia da cidade. O já citado Cinturão Institucional existente nessa região definiu a maneira como a expansão do espaço urbano ocorreu, funcionando como uma grande barreira espacial com diversos impactos na evolução urbana da cidade.

Apesar da proximidade com bairros de periferia, essas áreas apresentam pouca integração socioespacial com seu entorno. As propriedades públicas do Cinturão Institucional, que abrange também algumas áreas das regiões I e II, é marcada pela tipologia de “campus”, destinados predominantemente a instituições de ensino e pesquisa, alguns órgãos administrativos e diversas instalações militares. Os estabelecimentos militares são muitos e com extensas áreas na Região IV. Desde de quartéis, batalhões, bases aéreas, até vilas residenciais, centros de formação, áreas de preservação e unidades de comando regionais.

Apesar da distribuição relativamente dispersa e uma diversidade de usos públicos maior que das regiões II e III, a Região IV também apresenta concentrações. Seguindo a dinâmica de uma expansão urbana estruturada às margens dos grandes eixos viários, os equipamentos públicos dessa região estão predominantemente localizados nas vias principais: Av. Perimetral, Av. Dr. Freitas, Av. Almirante Barroso e Av. Augusto Montenegro. As áreas de periferias dessa região repetem o padrão de pouca diversidade, apresentando quase que exclusivamente equipamentos de serviços de educação, saúde e segurança pública. De maneira semelhante às regiões II e III, as escolas representam a maior quantidade de equipamentos públicos da Região IV. As características arquitetônicas e espaciais dessas escolas e seus entornos também se aproximam, porém, diferentemente do que ocorre nas periferias da primeira léngua patrimonial, na Região IV há algumas ocorrências de equipamentos públicos relativamente recentes.

Em relação a arquitetura, o panorama observado na identificação, mapeamento e análise dos equipamentos públicos de Belém é de desconexão com a realidade social do espaço urbano. Não só a distribuição e a localização desses edifícios impactam a configuração socioespacial da cidade, mas também seus arranjos arquitetônicos. Mesmo na área central da cidade a tendência é de fortificação, acesso restrito e de pouca integração visual e espacial, destacando-se muros, grades, cercas e guaritas.

Edifícios públicos que possibilitam a transposição do tecido urbano são muito raros. Alguns não apresentam muros ou grades, porém os efeitos dessa supressão são muito mais paisagísticos do que relacionados ao acesso e aos usos existentes, pois outras barreiras espaciais continuam existindo como mecanismos de controle e vigilância, e também como inibidores da apropriação social. Com poucas exceções, a leitura da arquitetura pública da cidade, sobretudo das escolas e equipamentos administrativos, evidencia as instituições públicas insuladas da realidade socioespacial dos locais de suas sedes. Uma cisão entre Estado e sociedade materializada na arquitetura.

Outra tendência verificada é a monofuncionalidade e, portanto, a pouca diversidade de usos. O padrão é uma propriedade para cada órgão ou instituição, ainda que da mesma esfera de governo. As edificações históricas ocupadas por instituições administrativas, por exemplo, apresentam poucos usos culturais. A tendência evidenciada na pesquisa é, portanto, que os equipamentos públicos da cidade não misturam instituições, funções ou usos. As múltiplas formas como isso impacta a cidade serão analisadas no estudo de caso.

Nesta seção fica evidente que a relação entre o poder público, o capital e a sociedade influencia e também é influenciada pelo principal objeto de estudo deste trabalho: o edifício público. Ou seja, as edificações públicas são componentes de grande importância para o entendimento das lógicas de produção do espaço.

É possível afirmar, então, que não apenas os processos da formação socioespacial e da estrutura fundiária determinam a realidade do espaço urbano de Belém, mas também a forma como o Estado configura e dispõe das propriedades e equipamentos públicos existentes na cidade. É preciso analisar como esse conjunto de espaços e imóveis públicos se relaciona com os impeditivos ao direito à cidade e com as marcantes desigualdades raciais e socioeconômicas, que são históricas e persistentes.

A análise realizada nesta seção serviu de embasamento para a escolha dos estudos de caso da pesquisa de mestrado, que neste artigo serão representados por um desses equipamentos. Antes, porém, é necessário discutir um método de análise capaz de revelar aspectos tanto da forma como se distribui esses edifícios de maneira desigual, quanto de uma arquitetura pública que afasta a sociedade, inibe o uso mais pleno da cidade e dificulta o seu desenvolvimento social. É preciso discutir, portanto, a noção de uso social desses edifícios e as categorias analíticas que evidenciam características importantes da relação deles com a cidade.



Figura 7: Quantitativos e distribuição dos equipamentos públicos. (Fonte: elaborado pelo autor).

3. Uso social e as categorias analíticas: edifícios públicos sob uma perspectiva dialética

Apesar da complexidade que envolve a tentativa de definir o que é o uso social do edifício público, é possível partir de um princípio simples. Essa noção se refere, fundamentalmente, aos processos de apropriação desses edifícios pela sociedade de maneira ampla. Ou seja, diz respeito à superação da exclusividade do Estado, das atividades estatais ou da monofuncionalidade na utilização das propriedades públicas que permitam esse uso ampliado.

Mas o que representa, então, uma sociedade em atrito e disputas constantes se apropriar do conjunto de edifícios do Estado que a governa? Pode-se dizer que essas edificações são também espaços de disputas, sobretudo diante de um estímulo mais incisivo ao seu uso social. Não complexificar essas questões é reproduzir as relações de poder existentes no uso dos espaços públicos, sendo exclusivos do Estado ou não. Portanto, a definição do que se considera uso social do edifício público não pode estar esvaziada das problemáticas que envolvem as relações de disputas entre os diversos grupos sociais, entre estes e o Estado, e a própria constituição e reprodução do poder estatal.

Com isso, a noção de uso social do edifício público precisa ser construída a partir de elementos que serão sintetizados neste trabalho em categorias analíticas e, no âmbito de cada categoria, em alguns indicadores, conformando uma matriz experimental de análise, que fundamentará tanto a construção do que se entende por uso social do edifício público quanto a análise desta dimensão nas edificações. Ou seja, essas categorias analíticas são as perspectivas através das quais o uso social será investigado.

Foram selecionadas quatro categorias analíticas: caráter público da edificação, desigualdade socioespacial, diversidade urbana e apropriação popular. O caráter público parte da discussão a respeito das formas como determinada edificação é acessada e utilizada pela sociedade e, portanto, se refere também às maneiras como esse edifício é compartilhado pelos diversos grupos sociais e como o Estado realiza essa mediação entre diferentes usos. Esta categoria tem como principais referências as abordagens trazidas por Queiroga (2017), Dardot e Laval (2017), Harvey (2014) e por Santos Junior (2014).

Com Queiroga (2017) refletimos sobre o conceito de lugar público que, segundo o autor, é todo aquele onde se manifesta esferas públicas geral (da vida em público) ou estrita (do debate público), independentemente do vínculo jurídico da propriedade. Com isso, podemos ter tanto propriedades privadas se constituindo como lugares públicos quanto propriedades públicas que não apresentam essa característica. Relacionando com o escopo deste trabalho, a intenção seria discutir como transformar os edifícios do Estado em lugares públicos.

Porém, apesar da profunda associação com alguns aspectos da noção de uso social do edifício público, o que o autor concebe como lugar público não aprofunda a questão das contradições e conflitos que envolvem os processos de apropriação social desses espaços. Sendo uma concepção prioritariamente vinculada à presença ou ausência de manifestação das esferas públicas da vida social, sem contestação das relações existentes. Harvey (2014), Santos Junior (2014), e Dardot e Laval (2017), por outro lado, adentram também essas contradições ao discorrerem, respectivamente, sobre os comuns urbanos, os espaços urbanos coletivos e o comum como um princípio da vida social.

Harvey (2014) afirma que os comuns não são algo estático, mas sim uma relação social instável e maleável, pois são frutos dos conflitos e disputas entre os interesses sociais diferentes. Os espaços e bens públicos, portanto, são também objetos dessas disputas, seja para impedir a sua transformação em um comum urbano ou para canalizar forças na configuração destes bens em comuns excludentes, subordinados aos interesses privados e às formas mercantilizadas ou direcionando o acesso desses bens a grupos sociais exclusivos.

Ao trazer essa questão para os espaços urbanos coletivos, Santos Junior (2014) aponta para duas dimensões na apropriação desses espaços: a material e a simbólica. Na dimensão material o autor

considera que determinadas formas de apropriação dos espaços coletivos, por parte de certos agentes, podem ameaçar ou colocar em risco as possibilidades de reprodução social de outros agentes, por dificultar ou impedir o acesso a certos bens que se encontram distribuídos no espaço, afetando a qualidade de vida na cidade. O autor também aponta que essas disputas em torno dos espaços urbanos coletivos estão relacionadas a uma dimensão simbólica de concepção do espaço. Sobre isso o autor destaca que “pode-se pensar nas disputas em torno de conceitos, regras e leis que regem os usos dos espaços públicos, que legitimam certas práticas de apropriação desses espaços e deslegitimam outras” (SANTOS JUNIOR, 2014).

Dardot e Laval (2017) discutem uma concepção mais ampla e profunda do comum. Defendem este como um conceito, um princípio capaz de articular um conjunto de práticas, lutas, debates e instituições com um viés não capitalista. Trabalham o comum em uma forma mais abstrata, no campo da prática social e política. Portanto, pode-se dizer que, em relação ao caráter público das edificações estatais, o princípio do comum é o que deve orientar a esfera pública geral e política para que estas tornem as edificações estatais um lugar público (QUEIROGA, 2017), espaços urbanos coletivos socialmente apropriados (SANTOS JUNIOR, 2014) ou comuns urbanos como relações sociais (HARVEY, 2014). O caráter público da edificação deve ser estudado a partir de todas essas concepções conjuntamente, e não através de cada uma de maneira isolada, como forma de contemplar suas múltiplas nuances.

Na categoria desigualdade socioespacial, o uso social dos edifícios é relacionado com uma análise sobre como as edificações se relacionam com a economia de mercado e a reprodução social, utilizando as concepções sobre os dois circuitos da economia de Santos (2012) como um dos principais suportes teóricos. A discussão sobre o uso social do edifício público precisa, portanto, incorporar a ideia de que a localização, implantação e os arranjos espaciais dessas edificações não são neutros às lógicas que produzem o espaço urbano, e estão contribuindo cada vez menos para ações de contestação e transformação, e servindo muito mais à manutenção de uma realidade brutalmente desigual.

Dialogamos também com Offe (1984), a partir da ideia que a estabilidade das estruturas políticas e econômicas depende da universalização da forma-mercadoria. Portanto, a estratégia geral de ação do Estado é criar condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca (OFFE, 1984). Dessa maneira, diversos tipos de investimentos públicos, ainda que não sejam forma-mercadoria em si, visam sobretudo garantir que as relações de trocas se estabeleçam. Os investimentos em infraestrutura são um exemplo deste tipo de produção estatal que objetiva a manutenção da forma-mercadoria. É fundamental para este trabalho investigar como os edifícios públicos se relacionam com esta lógica. Em relação aos investimentos públicos diretos na forma-mercadoria, as concepções de Santos (2012) a respeito dos dois circuitos da economia são um grande suporte para análise da relação dos equipamentos públicos com os fluxos e interesses do mercado econômico e financeiro.

Diversidade urbana tem por objetivo verificar como esses edifícios contribuem ou podem contribuir para diversificação e mistura de usos nas áreas da cidade onde se localizam. Esta categoria tem como principal referência a abordagem proposta por Jacobs (2011) sobre os geradores de diversidade urbana. É importante investigar como a predominante monofuncionalidade dos edifícios administrativos e de serviços afetam a heterogeneidade do espaço urbano, tanto nas áreas centrais, incluindo o centro histórico, quanto nas áreas de expansão e periferias da cidade. De que forma esses equipamentos públicos estão se relacionando com os chamados geradores de diversidade?

Jacobs (2011) elenca quatro principais desses geradores: usos principais combinados, necessidade de quadras curtas, edifícios com idades variadas e alta densidade, incluindo sempre habitação. O propósito não é tomar as formulações de Jacobs como um manual, mas observar quais desses aspectos relacionados à diversidade urbana podem dialogar com a noção de uso social do edifício público.

É preciso ressaltar, porém, que apenas a mistura e combinações de usos não são suficientes quando se fala de uso social do edifício público. Não basta, simplesmente, uma determinada edificação pública promover ou ser apropriada para usos culturais, comerciais e de serviços em uma área predominante habitacional sem que haja uma discussão a respeito de que tipo de diversidade social será promovida. E para complexificar esse aspecto é necessário uma outra perspectiva, uma outra categoria analítica.

Portanto, a categoria apropriação popular atenta para a necessidade de o uso social do edifício público se fundar em bases populares. Esta categoria é inspirada tanto nas análises deste trabalho quanto nas discussões de Crenshaw (2004) e Campos (2006), que debatem a interseccionalidade e a invisibilidade do negro no planejamento urbano, respectivamente.

O uso social do edifício público poderá surgir promovido pelos agentes públicos ou da apropriação pela sociedade. Esta análise que precisa, então, ser feita a partir de questionamentos fundamentais. Estes edifícios não estarão simplesmente replicando as relações de poder já estabelecidas no uso dos espaços públicos qualificados da cidade? Estes espaços contemplam grupos negros e indígenas e a livre manifestação de suas culturas? As mulheres sentem-se seguras e respeitadas no interior desses espaços? As formas de mobilidade para esses espaços, bem como o acesso e o uso destes estão condicionados a algum padrão de consumo ou comportamental específico? São considerados o comércio autônomo e popular, a arte periférica, a gratuidade, o trânsito livre e a liberdade de expressão?

Para construir nossas análises espaciais, partimos da concepção tripartite de espaço, como trazida por Harvey (2015): espaço absoluto, relativo e relacional. O espaço absoluto aparece como o campo da materialidade, da dimensão espacial passível de medições e aberta ao cálculo. O espaço relativo seria, principalmente, o espaço das localizações relativas. Nesta dimensão, o espaço é indissociável do tempo. Portanto, fala-se de um espaço-tempo das múltiplas geometrias, onde o quadro espacial em questão dependerá daquilo que será relativizado e por quem.

A outra dimensão discutida pelo autor, o espaço relacional, é o campo espacial das subjetividades individuais e coletivas. Assim, a forma como o espaço é percebido e experienciado sofre influência do acúmulo das relações sociais desenvolvidas. Esse conjunto de experiências é internalizado aos processos de cada indivíduo ou grupo e fazem com que estes definam seus próprios quadros espaciais em vez de ocorrerem em um espaço objetivamente delimitado e pré-definido.

É importante destacar o caráter experimental e flexível da matriz dialética aqui proposta. As categorias analíticas e os indicadores de análise selecionados são adequados à pesquisa apresentada e discutida neste trabalho, porém estes elementos podem variar em quantidade e na temática. A configuração da matriz utilizada evidencia a necessidade de os indicadores referentes ao caráter público da edificação serem problematizados no contexto das desigualdades socioespaciais e da diversidade urbana para que possam, de fato, possibilitar uma apropriação popular. Da mesma forma, práticas de apropriação popular necessitam trilhar o caminho inverso para se ampliarem através do estímulo ao caráter público dos edifícios.

USO SOCIAL LEITURA DA MATRIZ



Figura 8: Matriz de análise com categorias e indicadores (Fonte: elaborado pelo autor).

Na leitura horizontal da matriz, os indicadores posicionados em cada dimensão espacial devem ser encadeados em um fluxo multilateral, conexo e dialógico, como forma de ressaltar que trata-se de uma divisão apenas metodológica. Pois, de maneira geral, os elementos analisados poderão ser discutidos em qualquer uma das dimensões espaciais, assim como a análise pode partir tanto do espaço absoluto como do espaço relativo ou relacional. O que determina tais escolhas são os critérios metodológicos, analíticos e narrativos utilizados em cada trabalho.

4. Uma análise da Universidade Federal do Pará – Campus do Guamá

As universidades públicas continuam representando um grande privilégio no Brasil, ainda que tenha havido diversos avanços após a implantação das políticas de cotas raciais e sociais. A Universidade Federal do Pará não é diferente, e o lugar que a instituição ocupa no imaginário da população é de grande e merecido prestígio. Porém, sua reputação de respeito e excelência parece, muitas vezes, também provocar um desequilíbrio voraz entre o enaltecimento dos privilegiados e a resignação de muitos dos excluídos. São, obviamente, reflexos do próprio sistema educacional brasileiro e do conjunto de desigualdades que o acompanha, mas que influencia na manifestação do caráter público de suas edificações.

Os simbolismos que essas representações acionam parecem indicar um certo “consenso” de que a UFPA não é para todos. Assim, chegamos ao ponto de contradição fundamental deste caso: enquanto as características espaciais de campus universitário, mais que os outros casos analisados, guardam grandes potenciais para que se eleve o caráter público desse conjunto de edificações, tal movimento encontra como primeira e principal barreira a limitação da ideia de público a respeito da própria instituição. Enquanto ainda permanecer forte pensamento de que a universidade pública, como instituição, não é para todos, tão mais difícil será superar a ideia de que seu ambiente arquitetônico também não é. Pois este, tanto quanto a esfera político-administrativa, representa a instituição através de suas características e dos simbolismos que emana à sociedade.



Figura 9: Vista aérea do Campus do Guamá - UFPA (Fonte: TV UFPA / Max Resende).

A percepção da UFPA na dimensão do espaço relacional é o resultado de um processamento de signos e representações, tanto das ações institucionais da universidade quanto do seu ambiente construído, que é assimilado de maneira diferente em cada grupo social ou indivíduo. Dessa maneira, temos diferentes percepções do caráter público desse conjunto de edificações, que são determinadas de acordo com as relações sociais que se tem com a universidade como instituição e como objeto geográfico. O estudante, o funcionário, o morador do entorno e o transeunte ocasional, fatalmente não terão o mesmo tipo de estímulo ou de interdito para usar e ocupar este espaço.

Antes de discutir mais profundamente os simbolismos específicos percebidos neste campus da universidade, é necessário analisá-la como um objeto geográfico na cidade, na dimensão do espaço absoluto, através de suas características projetuais e dos usos existentes. Destacando que, além dos aspectos materiais, tais características também se relacionam com as percepções do espaço relativo e relacional.

Ao chegarmos próximo ao campus do Guamá temos duas leituras espaciais completamente distintas. Externamente, a partir da cidade, nos parece um objeto geográfico único, com limites essencialmente formados por muros e grades; internamente é um espaço fragmentado, composto por dezenas de edifícios, passarelas, campos, ruas e bosques, onde convivem arquiteturas de diversas épocas e estilos. Onde caminhar é possível e agradável.

Internamente, transitando por seus diversos setores, percebemos diversidade socioespacial no campus, não necessariamente devido aos seus arranjos espaciais ou arquitetônicos, mas sobretudo pelas atividades universitárias. Ou seja, caráter o público do campus já é substancialmente ativado por seu uso como universidade. Ainda assim, alguns elementos projetuais evidentemente contribuem para reforçar esse aspecto.

O campus é setorizado em três núcleos principais: básico, profissional e da saúde. Os dois primeiros são envoltos por anéis viários que concentram o tráfego de veículos e preservam o interior dessas grandes “quadras” à implantação dos edifícios e ao trânsito de pedestres. Os estacionamentos existentes configuram-se como áreas de transição e não alteram a lógica de exclusão do trânsito de automóveis no interior dos núcleos. Internamente, o trânsito de pedestre e a interligação entre os edifícios se realiza, predominantemente, através de passarelas cobertas ou através da permeabilidade dos próprios edifícios, em alguns casos.

Caminhando pela universidade, percebemos que há o uso de grades em portas e janelas de alguns edifícios. Mas a existência de muros, guaritas e outros elementos arquitetônicos de controle do fluxo de pessoas não é muito notada na parte interna do campus. Ao contrário de seu perímetro externo, predomina no interior da universidade edifícios com uma arquitetura mais fluida, pouco fortificada e menos insulada do conjunto urbanístico do campus. Ainda que construções recentes, mais verticalizadas e com menos integração com o exterior, impactem negativamente nessa dinâmica.

Como uma grande universidade, a UFPA abriga em seu espaço diversos usos voltados para atividades coletivas: Bibliotecas, ginásio de esportes, centro de convenções, áreas externas para eventos, hospital, centros de alimentação, restaurantes universitários, bosques, entre outros. São usos com um potencial para abranger um público que extrapola a comunidade universitária, mas que encontram diversos impeditivos para que isso se estabeleça. Desde a política de gestão, horários e dias de funcionamento, até as próprias características arquitetônicas desses espaços que limitam a ampliação de seu uso para além das atividades dos membros da universidade.

Ginásio, biblioteca central, centro de convenções e demais áreas para eventos promovem poucas atividades direcionadas ao público em geral da cidade, ou mais especificamente aos moradores dos bairros próximos a universidade. Suas características projetuais também impossibilitam o uso das faces externas desses edifícios para atividades não exclusivamente acadêmicas. Além disso, seus horários de funcionamento são restritos aos turnos de atividades institucionais da universidade, não funcionando aos sábados e domingos, portanto.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber que novas áreas de alimentação foram construídas recentemente. Além dos restaurantes universitários, o campus também conta com alguns espaços que funcionam como uma espécie de praça de alimentação, onde comerciantes vendem variados tipos de bebidas e comidas. Essas “praças” foram implantadas em edifícios de pouca expressividade e que apresentam, do ponto de vista de sua funcionalidade e do conforto ambiental, soluções bastante questionáveis. São edificações construídas em áreas residuais entre prédios já existentes, que trazem um adensamento construtivo desnecessário para um campus universitário com as características já elencadas. Investir nessa forma de implantação de novas edificações é desconsiderar as qualidades espaciais existentes na universidade.

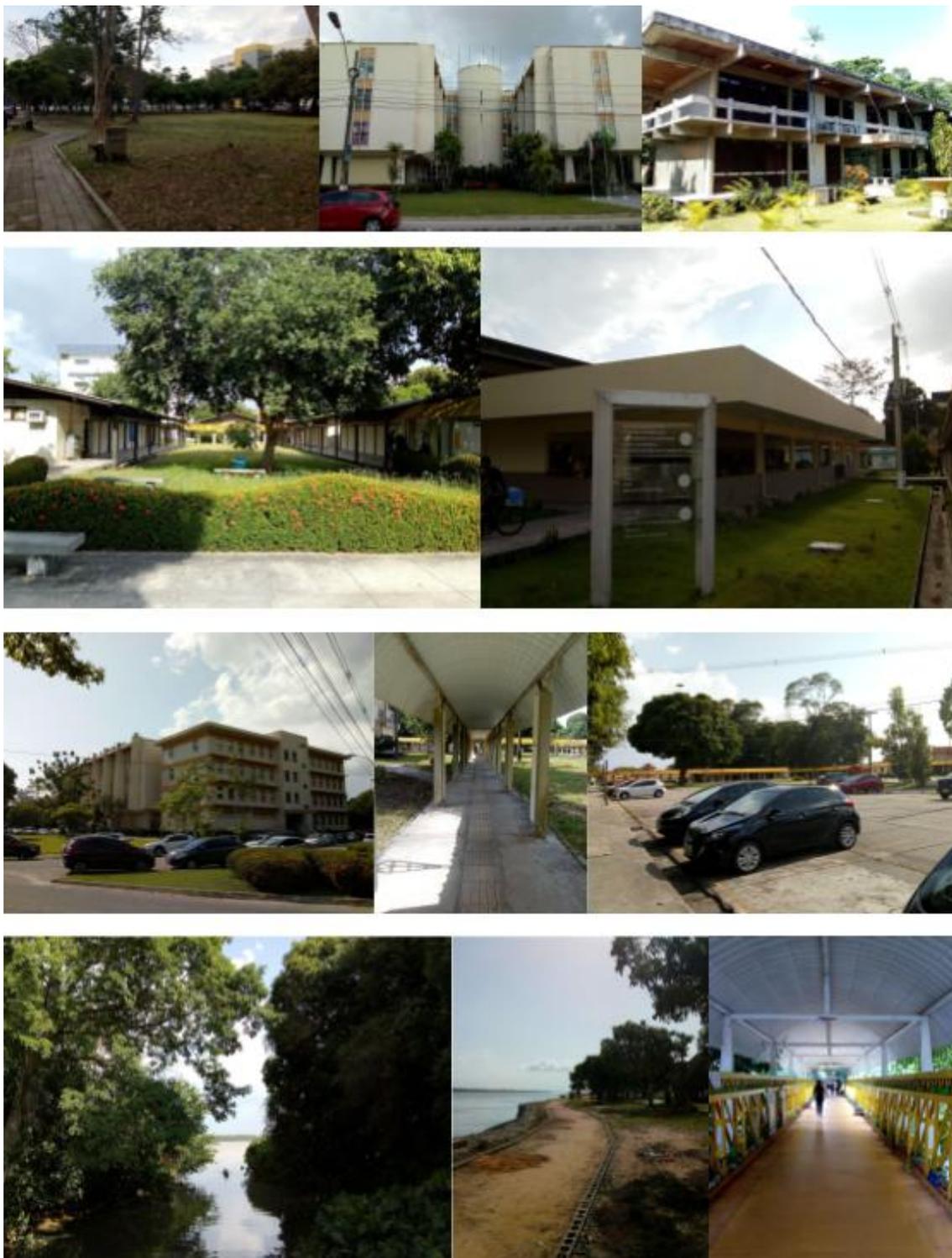


Figura 10: Mosaico I de imagens da pesquisa de campo em 2018 (Fonte: o autor).

Outras tipologias arquitetônicas poderiam ser consideradas para a implantação desses usos voltados para alimentação. O campus do Guamá dispõe de diversas áreas livres, amplas e arborizadas que poderiam contemplar soluções que resultassem em uma arquitetura mais aberta, leve e integrada ao exterior, mais estimulante a qualquer público visitante, não apenas aos estudantes da universidade, e nem restrita aos horários de suas atividades. Bem como poderiam estar mais integrada com a área de orla do lugar.

Um dos limites geográficos da universidade é o rio Guamá. Por isso, as áreas de orla tornam-se uma grande questão para o caráter público do campus da mesma forma que são para a própria cidade. Durante a visita foi possível perceber que algumas intervenções urbanísticas na margem do rio estão em andamento, mas a orla da UFPA ainda é pouco utilizada pelas comunidades dos bairros do Guamá e Terra Firme, vizinhos ao campus, ou mesmo por parte considerável de estudantes, professores e outros funcionários da universidade. Tanto as suas características arquitetônicas, com poucos equipamentos de apoio para esporte e lazer, quanto a pouca frequência de eventos públicos nessas áreas, podem ser apontados como limitações para a possibilidade de uma apropriação social desse espaço.

O outro grande limite geográfico do campus é a Av. Perimetral, onde a universidade se separa da cidade através de muros, grades e guaritas. É onde termina a cidade para muitas pessoas também. De fora, esses muros transformam a universidade em um grande e único objeto geográfico, monolítico: uma barreira. Os únicos canais de comunicação entre campus e cidade são as guaritas e os portais de entrada e saída. Os ritos de acesso e atravessamentos, obviamente, são diretamente condicionados por essas características projetuais e de usos discutidas até aqui. Simbolicamente, pode-se dizer que tais características impedem a cidade de chegar ao rio. Pois para que a cidade se integre com a orla do campus, é necessário que as barreiras que impedem um acesso mais pleno ao próprio espaço universitário sejam derrubadas. Espacial e arquitetonicamente, a UFPA volta as costas para a cidade. Com exceção do terminal de ônibus, por onde é possível acessar o campus, não há nenhum tipo de uso em seu perímetro externo e não há tratamento urbanístico e paisagístico nas áreas adjacentes aos seus muros.

Não foram percebidos edifícios voltados para fora. Até mesmo as edificações mais próximas aos muros têm suas fachadas voltadas para o interior do campus. Portanto, em termos espaciais, nenhuma das atividades da universidade se volta para os bairros, para a cidade. A universidade está insulada e a cidade impedida de atravessá-la. São as características do perímetro externo do campus que mais dificultam um acesso mais público e fluxos de circulação mais livre entre a universidade e o espaço urbano. Portanto, é o que mais impede a manifestação de seu caráter público de maneira mais plena.

A configuração espacial e arquitetônica do Campus do Guamá, que determina a forma como o caráter público do seu conjunto de edificações se manifesta, também se relaciona com questões mais amplas da cidade, como a desigualdade socioespacial. A UFPA está inserida entre dois bairros de periferia: Terra Firme e Guamá. As características de insulamento que marcam o campus da universidade, não apenas impedem um uso público mais pleno, como inibem uma interação mais profunda entre a comunidade acadêmica e a realidade da população desses bairros, sustentando cenários de exclusão promovidos e reforçados por outros agentes da produção do espaço.

O nível de integração urbana entre o campus e os bairros próximos é muito baixo. A Av. Perimetral representa uma fronteira entre dois mundos: o periférico e o institucional, que impede a interação com a cidade através de sua face murada, gradeada e sem função ativa. Nem mesmo as instalações esportivas do outro lado da avenida conseguem se integrar ao bairro ou mesmo ao campus.

Os bairros, como acontece em muitas áreas periféricas, apresentam suas próprias dificuldades de integração, sobretudo por um sistema viário estreito e descontínuo, carência de áreas livres e públicas, além de condições limitadas de “caminhabilidade”, conceito definido como “a medida em que as características do ambiente urbano favorecem a sua utilização para deslocamentos a pé” (ITDP, 2018). Porém em áreas próximas ao campus as possibilidades de promover essa integração se mostram mais viáveis.

O rio Tucunduba, que recorta e divide o campus em duas partes, é um elemento geográfico de grande potencial integrador, pois está presente tanto no território da universidade quanto nos dois bairros vizinhos, onde se estende por um percurso bastante prolongado. Outro elemento

interessante para a discussão de integrar universidade e bairro é o Conjunto Residencial Liberdade, com previsão de unidades habitacionais para mais de 1.700 famílias.



Figura 11: Mosaico II de imagens da pesquisa de campo em 2018 (Fonte: o autor).

O seu traçado regular, sua inserção no bairro, as instalações esportivas da universidade, adjacentes ao conjunto habitacional, e a sua proximidade com o campus tornam o Residencial Liberdade um elemento de conexão em potencial. Outras áreas públicas próximas a UFPA, como o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá e a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, podem ser pensadas dentro de uma dinâmica de relação espacial não somente com o bairro, mas com o campus e toda a cidade.

Essa falta de integração urbana leva a uma discussão sobre a própria localização do campus da universidade. Sem essa conexão, a existência da universidade em uma área de periferia torna-se

uma contradição social tão grave quanto seria manter esses usos apenas nos centros das cidades. Na perspectiva do espaço relativo, morar próximo da UFPA não representa, necessariamente, usufruir dos seus benefícios, espaciais ou institucionais.

Não há, sob algumas perspectivas, mais facilidade de acesso ao campus para um morador da Terra Firme do que para alguém que mora no bairro da Marambaia, mas estuda na universidade. O sistema de transporte pode realizar, potencialmente, uma integração urbana melhor para os membros da comunidade acadêmica, mas que moram distante da universidade, do que para os moradores dos bairros vizinhos. A UFPA é para os que são da instituição, e não, necessariamente, para quem está próximo ao seu espaço físico. Essa dimensão também pode ser discutida a partir das relações com o mercado. Está presente na universidade, sobretudo o circuito inferior da economia (SANTOS, 2012), caracterizado pelos pequenos comerciantes. Uma interligação urbana que invista na ampliação desse modelo econômico para o campus se mostra benéfica por vários fatores, mas sobretudo pela interação dos grupos sociais dos bairros e da universidade. Além de possibilitar relações de troca mais democráticas e populares.

Ainda que não haja manifestações ostensivas, na dimensão do espaço absoluto, do circuito superior da economia (SANTOS, 2012) no interior do campus, é importante ressaltar que a universidade forma profissionais para os quadros dos mais diversos setores do mercado de trabalho desse circuito econômico. Portanto, não há como dissociar as relações sociais e a produção do espaço no campus, sobretudo no que diz respeito à construção das dimensões do espaço relativo e relacional dentro do ambiente universitário, das desigualdades étnico-raciais, de classe, de gênero e de orientação sexual que marcam a sociedade brasileira e a sua divisão social do trabalho e que, portanto, caracterizam o circuito superior da economia brasileira.

Se o campus ampliar o caráter público do seu espaço e se integrar à cidade, estendendo, portanto, também a oferta de espaços e serviços já existente para além da comunidade universitária, é fundamental que esse processo se estabeleça a partir do circuito inferior da economia. Na dimensão do espaço relacional, as relações de trocas, enquanto relações sociais, podem ser determinantes na percepção de pertencimento e nos processos de apropriação do espaço.

Como discutido anteriormente, as análises sobre diversidade urbana tem como fundamento principal os geradores de diversidade formulados por Jacobs (2011). Dessa forma, discutiremos, a partir de indicadores específicos, como a UFPA se relaciona, ou poderia se relacionar, com alguns desses geradores de diversidade urbana, no contexto dos bairros onde está inserida.

A necessidade de quadras curtas é apontada como um dos geradores de diversidade, sobretudo pela capacidade desse tipo de configuração em diversificar os fluxos de pedestres, além de possibilitar mais faces de quadras para atividades comerciais e de serviços, contribuindo para atrair mais pessoas às ruas. A UFPA se configura no espaço urbano como uma grande quadra, devido às suas características projetuais já analisadas anteriormente.

Essa condição homogênea e fortificada de seu exterior impede que a grande área que compõe o campus ofereça mais “faces de quadra” que possam se integrar à cidade, multiplicando fluxos e atividades. Internamente, a universidade já apresenta boas condições de permeabilidade para alcançar os efeitos de uma configuração espacial de quadras curtas. Sendo, portanto, os muros, guaritas e edificações sem fachadas ativas voltadas para o exterior as grandes barreiras para que essa fluidez seja incorporada à cidade.

Tais características físicas de interdição espacial inibem a possibilidade de outro gerador de diversidade: usos principais combinados. O uso institucional para ensino e pesquisa é o principal da universidade, enquanto o uso residencial é o que mais caracteriza os bairros vizinhos. Porém, esses usos não se integram e não se misturam, suas distâncias relativas continuam profundas, apesar da proximidade física entre bairro e universidade.

Os usos principais geram usos secundários, sendo a mistura destes um dos principais fatores para gerar diversidade. O uso residencial dos bairros gera uma rede de comércios e serviços voltados

para atender as necessidades dos moradores, enquanto as atividades universitárias geram uma rede semelhante, porém direcionada à comunidade acadêmica.

A interação entre os dois tipos de públicos na utilização do conjunto de funções dos bairros e da universidade pode ser a grande chave para gerar diversidade a partir da combinação de usos, além da necessidade de levar o uso principal cada vez mais para o espaço vizinho. Ou seja, levar usos institucionais para os bairros e trazer uso habitacional para a universidade. A moradia é imprescindível pra que a diversidade urbana seja promovida a partir da combinação de usos principais, mas também é essencial para alcançar esse objetivo a partir do modo como a população se distribui no espaço.

A densidade populacional, assim como a combinação de usos, tem como objetivo estimular uma quantidade adequada de pessoas para utilizar os espaços e a infraestrutura da cidade em qualquer horário e dia da semana. Nesse sentido, a universidade apresenta um esvaziamento em períodos de atividade universitária menos intensa, como finais de semana, férias, recesso e alguns horários da noite. Para atrair mais pessoas nesses horários é necessário estimular usos que extrapolem a função institucional do campus, além da essencialidade de promover alguns tipos de uso habitacional e seus usos complementares.

A forma como se deve estimular a densidade populacional na UFPA deve ser inspirada pela realidade socioespacial dos bairros onde esta se insere. Ou seja, uma realidade popular e periférica. Os usos promovidos, simultaneamente às atividades institucionais, devem considerar as possibilidades desses moradores, e de outros bairros de realidade semelhante, se apropriarem de um espaço na cidade qualificado para o uso popular.

Na Universidade Federal do Pará, os processos de apropriação se dão a partir do campo institucional, não sendo uma influência direta das características arquitetônicas e espaciais do lugar. A implementação das cotas raciais e sociais trouxe para o espaço físico e político da universidade um público com outras reivindicações e demandas, alterando a dinâmica desse espaço simplesmente por ocupá-lo.

Diante disso, é possível especular que a universidade tem a capacidade de acompanhar um processo de apropriação popular plena, o que não ocorre, entre outros fatores, por uma política de gestão espacial que culmina na concepção de elementos e linguagens arquitetônicas que segregam universidade e cidade. Como já discutido, as características projetuais internas do campus não inibem o seu caráter público, ao contrário, são receptivas a sua manifestação, bem como apresentam diversas características genéricas capazes de abrigar muitas formas de apropriação popular. E se esta não ocorre é porque qualquer tipo de apropriação social ampla é impedida por suas características arquitetônicas e de gestão do espaço nas áreas de fronteira com a cidade. Ou seja, devido ao seu aspecto insulado e fortificado.

Os usos existentes, ainda que apresentem suporte para ações coletivas, necessitam de atividades e funções que dialoguem mais com a comunidade não universitária, que incorporem mais a dinâmica social dos bairros vizinhos e de alguma forma penetrem a cidade. Na perspectiva de um processo de apropriação popular do espaço da universidade, trazer o uso habitacional para o campus se mostra um elemento essencial. Tanto como um gerador de diversidade urbana quanto como um elemento de interseção entre o público universitário e não universitário, trazendo simbologias e práticas de enfrentamento às desigualdades socioespaciais nas quais a universidade, inevitavelmente, está envolvida.

Atualmente, o Campus do Guamá não abriga unidade de moradia estudantil da UFPA. Além de combinar usos principais e secundários, estudar formas de associar moradia para estudantes e algumas modalidades de habitação de interesse social, no campus e nos bairros, é central dentro de um processo de integração entre universidade e espaço urbano.

Todas essas formas de combinação de usos têm como objetivo principal diversificar o público de usuários e visitantes do campus e dos bairros. O processo de apropriação popular de um

determinado espaço deve estar ostensivamente refletido no público que o ocupa. A obviedade de o público predominante da UFPA ser de universitários não deve representar um impeditivo para que outros públicos, próximos ou distantes, possam também ocupá-la.

Pois, ainda que a comunidade acadêmica tenha se popularizado mais nos últimos anos, uma apropriação popular da universidade somente será possível quando este espaço for capaz de abrigar os fluxos livres dos movimentos da sociedade e a manifestação plena das culturas que compõem as periferias da cidade.

Diante dos elementos analisados, podemos destacar o insulamento espacial da Universidade Federal do Pará como o principal impeditivo para um uso social mais pleno do espaço e de seu conjunto de edificações. Seus muros, suas grades, suas guaritas e suas edificações que não se voltam para a cidade comprometem as qualidades do seu espaço interior e eliminam as muitas possibilidades de comunicação com a sociedade.

Ainda que a UFPA tenha inúmeras qualidades que podem ativar seu uso social, o simbolismo que seus impedimentos trazem são o oposto do que o campus deveria representar para a população: uma universidade capaz de servir não somente aos seus estudantes, técnicos e professores, mas servir também à cidade. Por sua importância, por seu monumentalismo espacial, por sua localização, por seus usos e qualidades, pelas carências do seu entorno, porque é pública. A partir desse caminho, a Universidade Federal do Pará poderá ser de todos quando for parte da cidade.

5. Pensando continuidades

Este estudo preliminar e exploratório indica que, predominantemente, o valor de uso do edifício público, tanto em sua materialidade quanto na dialética dos seus diversos eixos relacionais, incorpora majoritariamente as necessidades operacionais do Estado, a lógica funcionalista de atendimento às demandas sociais por serviços e equipamentos públicos, os simbolismos e representações de cada instituição estatal e, em alguns casos, as lógicas neoliberais. Ou seja, o valor de uso do edifício público, orientado apenas à sua função institucional, ignora o espaço urbano como meio de integração social. Representa, portanto, a distância entre público e o estatal, a barreira entre Estado e sociedade, materializada em uma arquitetura marcada pelo estranhamento entre edifício e cidade.

Além questões abordadas, que discutem a lógica central pela qual o edifício público está em relação com a cidade, e que precisa ser detalhada em recortes múltiplos, esta pesquisa contribui com diversos encaminhamentos e provocações que podem ser desencadeados a partir dos principais pontos de discussão presentes neste artigo. Podemos explanar brevemente alguns deles.

Ao trazer os edifícios públicos para fora dos enquadramentos analíticos que convencionalmente lhe são destinados, a pesquisa estimula o aprofundamento do estudo da relação entre as edificações públicas e a sociedade pelos diversos campos do conhecimento, práticas e movimentos sociais.

O trabalho destaca os edifícios e propriedades públicas como elementos essenciais na formação territorial e na evolução urbana das cidades. Isso traz a necessidade de uma inserção mais proeminente da arquitetura e dos usos dessas edificações na legislação urbana brasileira. Os instrumentos jurídicos que tratam diretamente de propriedades públicas, como a concessão especial para fins de moradia, são direcionados a políticas de regularização fundiária, absolutamente essenciais para a questão habitacional no país, mas que pouco alcançam categorias de imóveis públicos em utilização pelo Estado. Na esfera local, o Plano Diretor de Belém, em seus modelos urbanísticos, não estabelece nenhum tipo de diferenciação entre parâmetros construtivos destinados a edificações privadas e públicas. Considerando, sobretudo, que a implantação de equipamentos públicos são ações complementares à política habitacional, a forma como as propriedades públicas, em relação aos seus arranjos espaciais e arquitetônicos, são contempladas na legislação urbana demanda mais reflexão.

A desigualdade na distribuição espacial dos equipamentos públicos de Belém, correspondente à dicotomia entre cidade legal e ilegal, e à segregação racial e social, destaca a presença, a diversidade e a qualidade dos equipamentos públicos como elementos essenciais de reconhecimento político dos diversos grupos sociais pelo Estado e demais agentes do espaço urbano.

A construção, ainda que experimental, de um método de análise flexível e dialético para analisar as implicações socioespaciais dos edifícios públicos em diversas escalas e recortes, possibilita o desvelo de múltiplos aspectos materiais, subjetivos e representativos da sociabilidade complexa entre edifício público, cidade e a população.

O panorama apresentado e a análise do estudo de caso possibilita uma outra leitura de Belém, outra forma de conhecê-la e de reconhecê-la, e também de olhar outras cidades. A arquitetura dos edifícios analisados adquire outros significados quando se atenta para a necessidade destes se conectarem com o espaço urbano. E este, outra representação quando percebidos os impactos que tais edificações lhe causam.

Os motivos que legitimam analisar os edifícios públicos sob a perspectiva dessas relações são diversos. Mas, sobretudo, deve-se destacar essas edificações como elementos de uma rede de espaços da cidade. Essa rede é composta de espaços públicos socialmente reconhecidos como tais: ruas, parques, praias, praças e rios, entre outros, que poderiam também ser classificados com o sistema de espaços livres de domínio público da cidade.

Os outros elementos de tal rede seriam os espaços edificados também socialmente reconhecidos como públicos: feiras e mercados municipais, terminais e estações de transportes, etc. Os elementos ausentes na noção que se tem dessa rede são os edifícios e propriedades destinados às atividades do Estado, socialmente pouco reconhecidos como públicos. A inclusão das propriedades estatais nessa ideia de rede implica em reconhecê-las e configurá-las também como espaço público, formando essa rede que poderia ser denominado de a cidade pública.

A partir desse ponto, e para ampliar as continuidades das análises realizadas neste trabalho, reconhecemos como necessidade prioritária discutir a arquitetura pública em diálogo com as relações étnico-raciais, de gênero, de sexualidade e de classe, dentro de uma perspectiva de interseccionalidade. Dessa forma, percebe-se a necessidade de um aperfeiçoamento e de uma flexibilidade da matriz experimental de análise utilizada na pesquisa. E fazer com que o método seja capaz de incorporar essas questões também em uma concepção dialética do espaço.

Significa, portanto, que conceber os edifícios estatais como espaços públicos é levar a eles as discussões em curso a respeito dos conflitos e disputas existentes na apropriação e uso desses espaços das cidades brasileiras. Ou seja, discutir as formas de pertencimento, expressão e apropriação desses lugares por grupos negros e indígenas, pelas mulheres, pela população LGBT, pela população em situação de rua, pelos imigrantes e pelos mais pobres. Diante disso, buscaremos, dentre as diversas continuidades possíveis deste trabalho, investigar como esses diversos grupos sociais, na perspectiva interseccional, se relacionam e se manifestam nessa cidade pública, nas esferas política e material.

6. Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Samantha Nahon. A Contribuição da Arquitetura Para o Realizar Justiça no Brasil. VISeminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura – PROJETERAR 2013, Salvador. 2013. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/handle/123456789/1872>>. Acesso em: 10 Set. 2016.

BRASIL. Novo Código Civil. Lei nº 10.403 de 10 de janeiro de 2002. Aprova o novo código civil brasileiro. Brasília, DF, 2002.

CAMPOS, Andreilino de O. O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2006.

CORDIDO, Maria Tereza R. Leme de Barros. Edifícios públicos: arquitetura forense: arquitetura moderna questionando a simbologia e mitos do Poder Judiciário no Estado de São Paulo. Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo (Online), São Carlos, n. 7, p. 39-48, jan. 2008. ISSN 1984-4506. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44722>>. Acesso em: 10 sep. 2016.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução: Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. Em Pauta, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015 - n. 35, v. 13, p. 126 – 152.

ITDP Brasil. Índice de caminhabilidade: ferramenta. Versão 2.0. Rio de Janeiro: ITDP Brasil, 2018. Disponível em <http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/01/ITDP_TA_CAMINHABILIDADE_V2_ABRIL_2018.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEITE, Denivaldo Pereira. Inventário de arquitetura moderna no ABC: edifícios públicos em São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 1960-1973. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2008.

LOBODA, C. R. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

MONTEIRO, Amanda Rafaelly Casé; MOREIRA, Fernando Diniz. Monumentalidade e Tectônica nos edifícios públicos de Acácio. In: 9º Seminário docomomo Brasil. Anais... Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%20pdfs/112_M16_RA-9MonumentalidadeETectonica ART_amanda_monteiro.pdf>. Acesso em: 10 Set. 2016.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PATTERSON, Cláudia. A Importância da Arquitetura Judiciária Para a Efetividade da Justiça. 4º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, Brasília. 2004. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/596/776>>. Acesso em: 10 Set. 2016.

PITTA, T Da Rocha.. Arte e arquitetura nos edifícios públicos da França. Estudos de sociologia (online), v.1, n. 20, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/343/299>>. Acesso em: 12 Set.

QUEIROGA, Eugenio. Lugares públicos: atravessamentos entre espaços livres e edificados, públicos e privados. In: NETTO, Vinicius M.; SABOYA, Renato T. de; VARGAS, Júlio Celso; CARVALHO, Tereza (Orgs.). Brasília: FRBH, 2017.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. - 1 ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Espaço urbano comum, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. 2014, vol.6, n.2, pp.146-157. ISSN 2175-3369. <http://dx.doi.org/10.7213/urbe.06.002.SE02>.

VENTURA NETO, Raul da Silva.; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. *Cad. Metrop., São Paulo*, v. 15, n. 29, pp. 55-75, jan/jun 2013.

VILLAÇA, Flavio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. VII Encontro Nacional da Anpur. Recife, 1997.

VITALE, Daniele. Edifício público e espaço urbano. A nova Bocconi em Milão, de Grafton Architects. *Projetos, São Paulo*, ano 11, n. 130.01, Vitruvius, out. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.130/3885>>. Acesso em: 10 Set. 2016.
